

Ata da 12ª Reunião do  
Grupo de Acompanhamento da  
Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai

**Local:** Campo Grande - MT, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – Auditório do ESCOEX

**Data:** 13 de novembro de 2017

**Participantes:** lista de presença (Anexo1)

**Abertura e Informes**

Luiz Henrique Noquelli (SEMA-MT), coordenador do grupo de acompanhamento, GAP, abriu os trabalhos saudando a presença de todos. Informou que a apresentação sobre empreendimentos hidroelétricos que a SEMA/MT faria não irá acontecer, ficando para próxima reunião em Cuiabá. Propôs que a reunião para o dia 13 seja alterada para o dia 14 de novembro, tendo em vista que nos dias 12 e 13 de novembro ocorrerá a reunião do CNRH e muito dos membros do GAP fazem parte do CNRH. A decisão de alteração da data ficou para ser decidida ao final desta reunião.

Luciana Aparecida Zago de Andrade (ANA), falou sobre as categorias de áreas sujeitas a restrição de uso dos recursos hídricos, visando esclarecer sobre as dúvidas apresentadas na 13ª reunião. Iniciou apresentando que o termo restrição de uso tem origem na lei 9433/97 e na resolução 145 do CNRH de 2012 (Anexo 2).

**Áreas sujeitas a restrição de uso” (Relatório PP-05) pela Engecorps Engenharia S.A.** Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) apresentou as categorias de restrição de usos (R1; R2; e R3) (Anexo 3) citando que são áreas de especial atenção para aplicação dos instrumentos de gestão: cadastro, outorga, enquadramento, fiscalização e demais ações do PRH Paraguai. Especificou os critérios passíveis de utilização na outorga dos usos da água. Alessandra Pazini (FIEMT) perguntou se nas unidades de proteção integral, onde existe turismo por exemplo, e que eventualmente tenha necessidade de um poço tubular, estando na categoria R1 é possível outorgar este uso. Felipe Augusto Dias (SOS Pantanal) falou que em unidades de conservação tem o plano de manejo define áreas de uso e áreas de proteção integral. Alessandra Panizi (FIEMT) também afirmou que mesmo em terras indígenas no MT existe plantio de soja. Edmar Kajejeu (Povos Indígenas da BAP), afirmou que nos Parecis ocorreu uma assembleia indígena e que debateram sobre o plantio em terras indígenas e sobre o arrendamento das terras não chegando a um consenso. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) falou que irão avaliar as colocações e apresentarão proposta sobre os temas referentes às unidades de conservação, respeitando os usos definidos no plano de manejo, bem como os usos tradicionais em terras indígenas. Débora Calheiros (FONASC) falou do impasse da lei de recursos hídricos, que considera os usos e que na agropecuária a descarga é difusa e indaga se isto foi considerado no plano. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) mostrou que o uso foi levado em conta e, em seguida, apresentou o mapa com as informações

41 referentes às cargas difusas e cenários previstos. Nilo Coelho (COINTA) falou que  
42 no MS existe uma lei que impede a instalação de indústrias sucroalcooleiras e no  
43 MT não. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) afirmou que este fato foi considerado  
44 nos cenários. Alessandra Panizi (FIENT) disse que havia entendido que a suspensão  
45 da emissão da declaração de reserva de disponibilidade hídrica (DRDH) de outorgas  
46 para os empreendimentos hidrelétricos seria incluída nas recomendações para serem  
47 debatidas nas reuniões públicas. Rosana Evangelista (ANA) disse que a decisão do  
48 grupo sobre esse assunto já havia sido tomada, mas que poderia vir a ser discutida  
49 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Igor Ribeiro (MME) solicitou  
50 que os estudos sobre o impacto das hidroelétricas em desenvolvimento pela Embrapa  
51 sejam disponibilizados, mesmo que parciais, criticando a falta de transparência e  
52 que a condução está sendo exclusiva da ANA. Luciana A. Zago (ANA) falou que os  
53 estudos estão iniciais, na fase de planejamento, aquisição de equipamentos e  
54 definição de equipe. Afirmou ainda que o GAP será responsável por acompanhar todo  
55 o trabalho e que o término dos estudos está previsto para 2020, tendo sido iniciado  
56 há um ano e que o primeiro ano foi de planejamento. Acrescentou que já existe um  
57 diagnóstico da bacia do Cuiabá com informações secundárias. Luiz Henrique Noquelli  
58 (SEMA) questionou como seria aprovado um plano em 2018 que tem um item de proibição,  
59 mas que ainda não finalizado. Luciana A. Zago (ANA) falou do princípio da precaução  
60 e que a contratação do estudo foi antecipada para ter a informação o quanto antes.  
61 Afirmou que o plano de recursos hídricos apresenta a diretriz ao órgão gestor para  
62 que somente com o resultado do estudo seja liberada a outorga. Comprometeu-se a  
63 trazer uma agenda para discussão sobre o estudo. Débora Calheiros (FONASC) disse  
64 que não se lembrava de ter havido a discussão sobre a proposta de levar ao CNRH a  
65 discussão, afirmando que não existiu votação sobre. Falou que o princípio de  
66 precaução e proteção é importante que os setores públicos tem que respeitar a  
67 Constituição. Falou sobre o dia do Pantanal no dia de 12 de novembro, para que  
68 conste em ata que a data é em homenagem ao jornalista Francisco Ancelmo que morreu  
69 nesta data, e que contribuiu para a lei que proíbe empreendimentos de produção de  
70 álcool e açúcar. Falou também que o estudo sobre as hidrelétricas vai avaliar a  
71 geração de renda para populações e a biodiversidade e que deve ser considerado.  
72 Falou também sobre a hidrovía e a não aprovação do seu licenciamento na década de  
73 90. Destacou a vulnerabilidade do nível de desmatamento da borda e do próprio  
74 Pantanal, conclamando a responsabilidade dos funcionários públicos e a necessidade  
75 de considerar o bem comum. De Paula (COINTA) informou que está apoiando o trabalho  
76 dos pesquisadores e acompanhando o desenvolvimento dos trabalho no MS. Luiz  
77 Henrique Noquelli (SEMA) afirmou que, como funcionário público, tem normas e leis  
78 que eles tem que seguir. Leonardo Sampaio (IMASUL) perguntou como foram  
79 identificados os usos a montante de terras indígenas. Raquel Chinaglia Santos  
80 (Engecorps) disse que cada caso é avaliado separadamente. Nilo (Cointa) falou das

81 unidades de conservação, como do Parque das Nascentes do Taquari e municipais para  
82 proteção do aquífero do Guarani. Débora Calheiros (FONASC) informou que, segundo  
83 os geólogos da UFMT, a maior parte das áreas do planalto são áreas de recarga de  
84 aquíferos e que sugerem que as principais nascente se tornem áreas de proteção  
85 ambiental (APAs). Acrescentou que Sepotuba é a única sub-bacia que ficou sem  
86 barramento, bem como Alto Paraguai, Cuiabazinho, Aricá e que a bacia do Sepotuba  
87 tem que ser considerada como área de restrição de uso, e que o Cuiabazinho, Aricá,  
88 e rio Formoso são importantes para os indígenas, que são importantes para a  
89 reprodução de peixes. Afirmou ainda que 50% do potencial de geração de energia já  
90 está sendo utilizado. José Luiz Zoby (ANA) comentou que as áreas de afloramento  
91 do aquífero precisam ser diferenciadas se são áreas de recarga ou descarga. Rosana  
92 M. Evangelista (ANA) falou sobre que consta na ata que a decisão de manter o tema  
93 dos empreendimentos hidrelétricos como diretriz do plano. Igor Souza Ribeiro  
94 (MME) solicitou que o tema seja levado ao CNRH como destaque sobre os  
95 empreendimentos hidrelétricos. Raquel C. Santos (Engecorps) comentou que o PP05  
96 fala sobre os empreendimentos hidrelétricos que ficam, enquanto os novos  
97 empreendimentos serão enquadrados no R2 - áreas de restrição de usos da água. De  
98 Paula (COINTA), citou que o baixo Taquari tem que ser visto como área que deve  
99 ser pensada na proteção. Raquel C. Santos (Engecorps) falou que os estudos que  
100 estão sendo elaborados sobre os empreendimentos hidrelétricos consideram estas  
101 áreas para proteção. Alessandra Panizi (FIEMT) voltou à discussão da ata, falando  
102 que as recomendações deliberadas por votação seriam discutidas nas reuniões  
103 públicas e que a discussão sobre os empreendimentos hidrelétricos seriam ou não  
104 incorporadas em função dos resultados dessas discussões. Thiago de Moraes Costa  
105 (FAMATO) indagou quando virão as respostas sobre os questionamentos nas reuniões  
106 públicas. Citou os dados do IMEA sobre agropecuária que são diários, questionando  
107 porque não utilizar estes dados para o plano. Raquel C. Santos (Engecorps) colocou  
108 que todos os dados são oficiais, tendo sido considerados os dados da pesquisa  
109 pecuária municipal (PPM) do IBGE e que a base do uso e ocupação é o monitoramento  
110 realizado pelo Instituto SOS Pantanal, WWF Brasil e Embrapa Pantanal. Alessandra  
111 Panizi (FIEMT) perguntou porque os empreendimentos hidrelétricos que estão em R2.  
112 Débora disse que na resolução CNRH 152/2013 e para levar em consideração a outorga  
113 para hidrovia, citando que no caso da hidrovia haveria necessidade de outorga.  
114 Igor (MME) falou que foi aprovada uma recomendação sobre usinas hidrelétricas e  
115 não área de restrição de uso. Falou que quer ratificar o que a Alessandra falou  
116 sobre os empreendimentos. Raquel C. Santos (Engecorps) afirmou que o plano é  
117 dinâmico e falou em criar uma categoria R4. Luciano Loubet Furtado (MPE/MS)  
118 perguntou se existiu uma recomendação sobre os empreendimentos para os órgãos  
119 ambientais de gestão. Raquel C. Santos (Engecorps) falou do princípio de precaução,  
120 que é uma diretriz para aguardar o resultado dos estudos sobre as hidrelétricas,

121 destacando que não compete ao plano de recursos hídricos tratar de questões afetas  
122 à gestão ambiental em particular ao licenciamento. Leonardo Sampaio(IMASUL/MS)  
123 solicitou uma questão de ordem, dizendo que foi recomendado que não fossem emitidas  
124 outorgas até o resultado dos estudos. Luciano Loubet (MPE/MS) disse que deveria  
125 ser considerado o princípio de prevenção e precaução. Marcelo Caetano  
126 Vacchiaro(MPE/MT) afirmou que esta recomendação deve ser mantida e que o plano  
127 deve ser para minimizar ou evitar que haja dano ambiental. Questionou se o mapa  
128 indicava se eram áreas com restrição de uso da água, se era um zoneamento de  
129 espaço ou de atividade. Leonardo Mitre (Engecorps) afirmou que o plano de recursos  
130 hídricos não é zoneamento, a restrição é pelo uso da água. Acrescentou que tratava-  
131 se de definir sobre captar ou não a água, interferir ou não em recursos hídricos.  
132 Débora Calheiros (FONASC) disse que o motivo da criação está na resolução dos usos  
133 múltiplo da resolução 152. Perguntou se existe alguma proposta para a conservação  
134 dos usos múltiplos. Raquel C. Santos (Engecorps) sugeriu criar uma classe  
135 específica para as hidroelétricas ainda não construídas. Maria Aparecida Vargas  
136 (ABRAGE) citou a dúvida de que no plano de recursos hídricos do rio Grande não  
137 foi aprovado e que num horizonte de curto prazo seriam aprovadas as áreas de  
138 restrição de uso. Leonardo Mitre (Engecorps) afirmou que todos os planos tem os  
139 estudos de restrição de uso sendo desenvolvidos e vem com o tempo, inclusive no  
140 caso do plano do Grande. Falou que, no Grande, caso fosse considerada a condição  
141 de qualidade e quantidade, seria fechada boa parte da bacia para novos usos e,  
142 por isso, foram definidos estudos mais aprofundados, principalmente por existirem  
143 várias barragens em propriedades rurais e que podem aumentar a disponibilidade  
144 hídrica. Rosana M. Evangelista(ANA) lembrou que o plano foi motivado principalmente  
145 pelos empreendimentos hidrelétricos. Synara Bronch (UFMS) falou que o PCBAP que é  
146 base do plano de recursos hídricos, e, posteriormente, GEF Alto Paraguai tem  
147 vários componentes com relação de causa e efeito. Nilo Peçanha Coelho Filho  
148 (COINTA) falou que antes de qualquer discussão do plano de recursos, existem vários  
149 estudos que mostram o que pode acontecer e a preocupação de proteção está em  
150 segundo plano na discussão. Leonardo Sampaio(IMASUL)questionou que a proposta de  
151 criação do R4 deve ser discutida. Felipe Dias (SOS Pantanal) afirmou que a votação  
152 realizada anteriormente se mantinha válida. Leonardo Sampaio(IMASUL) propôs  
153 retirar os empreendimentos do R2 e afirmou que se forem para R4 é necessário que  
154 seja novamente votado. Alessandra Panizzi (FIEMT) argumentou que, segundo a  
155 legislação, devem ser criadas áreas sujeitas a restrição de uso e não se deve  
156 criar um uso sujeito a restrição, por via de um R4. Luiz Noquelli (SEMA/MT) fez a  
157 proposta em comum com os representantes dos órgãos de gestão dos Estados que seja  
158 criada uma nova categoria R4 colocando as informações referentes aos  
159 empreendimentos para geração de energia. Débora Calheiros (FONASC) não concordou  
160 com a criação da categoria R4 e se manifestou favorável a colocar os diversos

161 tipos de barramentos no R2. Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) afirmou que os  
162 barramentos já estão identificados no relatório. Começou a discutir sobre as  
163 reuniões públicas. Débora Calheiros (FONASC) solicitou que, como a reunião  
164 acontece em Cáceres MT, há necessidade de colocar ônibus para deslocamento das  
165 pessoas de Tangará da Serra. José Luiz G. Zoby (ANA) informou o telefone do Daniel  
166 Lansky da empresa Partners para a obtenção dos cards de divulgação por Whatsapp  
167 dos eventos públicos e afirmou que a ANA não tem recursos previstos para a  
168 disponibilização de transporte para os eventos públicos. Suzan Lannes (ABES)  
169 afirmou que no ENCOB os representantes dos comitês de bacias relataram não terem  
170 sido informados sobre a elaboração do PRH Paraguai. José Luiz G. Zoby (ANA)  
171 informou que a divulgação está acontecendo, inclusive por mídia, mas se comprometeu  
172 a confirmar as informações junto à empresa contratada. Luiz Henrique Noquelli  
173 (SEMA/MT) fez a proposta de transferir os barramentos de R2 para R4, criando uma  
174 nova definição. Débora Calheiros (FONASC) solicitou que os outros barramentos  
175 diversos fossem incluídos em R2 e que fosse mantido o que já estava definido.  
176 Alessandra Panizi (FIENT) propõe que a restrição à outorga dos empreendimentos  
177 hidrelétricos fique apenas como recomendação e não fique em nenhuma categoria de  
178 restrição de uso. Daniele Coelho Marques (FAMASUL) comentou que era necessário  
179 retirar a restrição da categoria R2. Igor Ribeiro (MME) afirmou que deveria ser  
180 votada a retirada dessa restrição do R2. Em seguida, votaram a favor de retirar  
181 os empreendimentos hidrelétricos da categoria de áreas de restrição R2 (9 votos)  
182 as seguintes instituições: MME; FIENT; FIEMS; FAMATO; FAMASUL; SEMA/MT; IMASUL;  
183 COOPEAMAT e ABRAGE. Votaram contra a retirada (6 votos): ANA; FONASC; UFMS; SOS  
184 Pantanal; COINTA; e Povos Indígenas da BAP. Votaram pela abstenção (1 voto): ABES.  
185 A recomendação de restrição à outorga de novos empreendimentos hidrelétricos, já  
186 aprovada na 12ª reunião, não foi objeto de alteração, ficando mantida.

187 “Avaliação e Proposta de Aperfeiçoamento do Arranjo Institucional, Recomendações  
188 para os Setores Usuários, Estratégias e Roteiro para a Implementação do Plano”  
189 (Relatório PP-06) pela Engecorps Engenharia S.A.

190 Raquel Chinaglia Santos (Engecorps) ao iniciar a apresentação do PP06 (Anexo 4)  
191 que agora são recomendações e que o que estava no PP04 eram diretrizes, passando  
192 a apresentação para o Leonardo (Engecorps) que discorreu sobre as recomendações.  
193 Débora (FONASC) falou de reunião com ministro para falar da pesca e do direito de  
194 participação de comunidades tradicionais. Marcelo (MPE/MT) falou que o plano  
195 diretor de Rondonópolis está utilizando as microbacias do município para revisar  
196 o plano diretor. Leonardo (Engecorps) falou que o ganho é ter a continuidade na  
197 implementação do plano. Luciana (ANA) informou que após a finalização do plano, a  
198 responsabilidade do GAP é trabalhar no detalhamento de atividades e priorização  
199 para atingir marcos intermediários que irão estabelecer o andamento. Synara  
200 (Engecorps) apresentou a “Avaliação e Proposta de Aperfeiçoamento do Arranjo  
201 Institucional para a Gestão dos Recursos Hídricos da RH - Paraguai.

202 **Luiz Noquelli**, falou que tem várias informações do Consórcio das Nascentes do  
203 Pantanal. Maria Aparecida Vargas (ABRAGE)disse que faltou mostrar o que pode ser  
204 feito para criação do comitê e para isto teria que existir um estudo avaliando o  
205 quanto a cobrança poderá ser arrecadado. Disse que ANA tem expertise para fazer  
206 planos integrados e que pode ser uma demanda a ser trabalhada. Falou que tem um  
207 recurso da compensação financeira e sobre o PL 315 que tira 45% dos Estados  
208 passando para os municípios. Synara citou existe um amadurecimento do  
209 funcionamento dos comitês e que os recursos de compensação no MT foi utilizado  
210 para obras da copa e do MS para o fundo de previdência e obras hidráulicas. Nilo  
211 falou da crise hídrica e da criação do COINTA e os grandes parceiros foram o MMA  
212 e MAPA. Débora falou da garantia de ser mais equitativa a representatividade,  
213 principalmente da sociedade civil organizada. Citou a proposta da lei do Pantanal,  
214 indicando a integração da gestão ambiental com recursos hídricos. José Luiz citou  
215 que a criação do GAP é embasado em resolução, que seria “uma câmara técnica” e  
216 que foi apresentado um estudo de capacidade de arrecadação seria entre 8 a 22  
217 milhões para toda Região Hidrográfica do Paraguai e que já foi apresentado. O  
218 plano integrado é pegar o corte e detalhar as informações gerais e que deve ser  
219 avaliado o quanto tem de avanço para criação de comitê. Antônio Brandão (MPE/MS)  
220 fala que o MPE é responsável por acompanhar e contribuir para que os instrumentos  
221 funcionem. O judiciário do MPE primeiro informa e depois entra na justiça. O  
222 Ministério Público tem uma cadeira no GAP? Diz ter a preocupação de atuar e  
223 contribuir para o funcionamento dos comitês e conselhos. É possível ter uma cadeira  
224 no GAP considerando o papel do MPE, para que eles possam de fato fazer parte do  
225 grupo de acompanhamento. Synara, falou que é possível solicitar uma cadeira de  
226 alguma instituição que não esteja participando. Antônio Brandão disse que não pode  
227 e não quer ter direito a voto, então solicitou receba um convite formal a cada  
228 reunião. Débora (FONASC) disse ser importante que para a hidrovía seja considerada  
229 a outorga, prevista na lei de RH. Leonardo (Engecorps) disse que não existe ainda  
230 outorga para hidrovía apenas discussão sobre o tema. Débora (FONASC) insiste que  
231 a hidrovía altera o regime hídrico. José Luiz a ANA colocou para hidrovía Tietê-  
232 Paraná devido a suspensão da navegação agora esta tendo a discussão sobre a  
233 possibilidade de ter outorga. Débora reforça que no tramo norte do rio Paraguai  
234 será alterado o regime hídrico, sugerindo que a outorga aconteça e seja inserido  
235 no plano. Sugere ao setor elétrico que seja feita, segundo a resolução 145, uma  
236 proposição setorial da RH Paraguai, da mesma forma que no Araguaia e Xingu. Disse  
237 falta alternativas de prevenção e mitigação das situações críticas identificadas,  
238 proposição de restrição de uso para o setor elétrico com cenários alternativos  
239 conforme resolução 145. Proposição de troca de alteração de data no dia 13 para 14  
240 de dezembro de 2017. Aprovada.